

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

AJUSTE DIRECTO COM CONSULTA DE DUAS OU MAIS EMPRESAS

AJUSTE DIRETO Nº 3/2013

CONCURSO DE FORNECIMENTO DE LEITE ESCOLAR 2013/2014

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(alínea a), n.º 1 do artigo 57.º do Decreto - Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 - _____, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (ver nota 1) _____ (firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência do procedimento em causa) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (ver nota 2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (ver nota 3):

a) _____;

b) _____.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado/a, por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ver nota 4) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ver notas 5 e 6);

Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ver nota 7) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ver notas 8 e 9);

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 11);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos (ver nota 12);
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (ver nota 13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado membro de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 14).
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (ver nota 15) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (ver notas 16 e 17);
- Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva n.º 92/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

O Declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ele recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O Declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local) ____ de _____ 200_ (data)

_____ (assinatura (s))

Notas:

(nota 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(nota 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(nota 3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.º 2 e 3 do artigo 57º).

(nota 4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação. Riachos, 03/12/2012

(nota 5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 10) Declarar consoante a situação.

(nota 11) Declarar consoante a situação.

(nota 12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(nota 13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(nota 14) Declarar consoante a situação.

(nota 15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(nota 16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(nota 17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular.

(nota 18) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57º.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

- (nota 5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (nota 7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (nota 10) Declarar consoante a situação.
- (nota 11) Declarar consoante a situação.
- (nota 12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (nota 13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (nota 14) Declarar consoante a situação.
- (nota 15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (nota 16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (nota 17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular
- (nota 18) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57º.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

- (nota 5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (nota 7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (nota 9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (nota 10) Declarar consoante a situação.
- (nota 11) Declarar consoante a situação.
- (nota 12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (nota 13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (nota 14) Declarar consoante a situação.
- (nota 15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (nota 16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (nota 17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular
- (nota 18) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57º.